

IDEOLOGIA NACIONAL DOS BRANCOS ANGOLANOS (1900-1975)

FERNANDO PIMENTA

Durante décadas a historiografia portuguesa e internacional ignorou o problema do comportamento político das populações brancas das antigas colónias portuguesas em África. As guerras de libertação nacional encetadas em Angola, Guiné Bissau e Moçambique, o êxodo maciço dos colonos durante ou imediatamente após o período de transição para a independência e as prolongadas guerras civis que se seguiram dificultaram o estudo de uma problemática tão complexa quanto susceptível de ferir sensibilidades, mas nada pode justificar o silêncio que se tem feito sobre a matéria. Nesta comunicação pretendemos ultrapassar a visão maniqueísta – muito difundida em certos meios intelectuais e políticos ocidentais – que reduziu o papel dos colonos brancos ao de simples agentes da exploração capitalista dos povos e recursos económicos africanos. Não se trata aqui de fazer a apologia do colonialismo ou da muito propalada “missão civilizadora do homem branco”, mas sim de obter uma perspectiva mais complexa sobre um dos elementos da situação colonial – o colono branco¹. De resto, não pretendemos mitigar as responsabilidades dos colonos no processo de subdesenvolvimento dos povos africanos. No entanto, actualmente quase ninguém coloca em causa o papel dos brancos na condução do processo de independência dos países americanos, a despeito das suas responsabilidades na subalternização económica, cultural e política das populações nativas do Novo Mundo. Paradoxalmente, poucos reconhecem a participação dos brancos africanos na luta pela independência dos seus países. Naturalmente, em África o processo

¹ Sobre o conceito de “situação colonial” *vide*: George Balandier – “The colonial situation: a theoretical approach”, in *Africa: Social Problems of change and conflict* (Ed. by Pierre L. van den Berghe), pp. 34-61. San Francisco: Chandler, 1965.

de emancipação das populações colonizadas foi necessariamente diferente pelo próprio carácter e cronologia da colonização europeia. Contudo, em determinadas colónias africanas alguns sectores das minorias brancas levaram a cabo a construção de uma forma local de nacionalismo, contrária à dominação colonial europeia e favorável à independência do respectivo país. Este foi o caso de Angola, de modo que o nosso objecto de estudo é o nacionalismo dos brancos angolanos durante a dominação colonial portuguesa no século XX.

Neste contexto, vamos proceder à análise, primeiro, da colonização demográfica europeia em África e, depois, das condições relativas à emergência, evolução e fracasso do nacionalismo branco angolano. A expansão demográfica europeia é “as old as European overseas colonization. Any group of emigrants who established an initial settlement on the tidewater of America, South Africa or Australia regarded the hinterland as a providential endowment for its future existence and growth”². De facto, o comentário de D. K. Fieldhouse refere-se a um processo pelo qual os colonos europeus se estabeleceram permanentemente além mar, a fim de construir um novo país, tal como os gregos tinham feito nas costas do Mar Mediterrâneo na Antiguidade. A colonização demográfica europeia pode ser definida pela cronologia e dimensão numérica das diversas vagas migratórias. Em termos cronológicos existiram três grandes vagas expansionistas nos últimos cinco séculos. A primeira dirigiu-se para as colónias espanholas, portuguesas e britânicas do Novo Mundo (excepto as Caraíbas e o Canadá) e deu origem à maioria dos modernos países americanos, onde os colonos brancos conseguiram a independência política, entre finais do século XVIII e inícios do século XIX. A segunda envolveu as zonas temperadas do Império Britânico durante o século XIX, nomeadamente a África do Sul, a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia³. Estes países adquiriram uma forma alargada de governo próprio (*self-government*) sob o domínio da população branca, entre finais do século XIX e inícios do século XX. Por fim, durante o século XX, a terceira vaga migratória afectou algumas regiões do Norte de África (Argélia), da África Central e Austral (Angola, Moçambique, Quênia, Zâmbia e Zimbabwe), do Pacífico Sul (Ilhas Hawai) e da Sibéria Meridional (Rússia Oriental)⁴. Mas essa expansão foi muito mais frágil do que as duas primeiras, pelo que, os colonos brancos nunca conseguiram alcançar a independência sob o seu próprio domínio⁵.

² D.K. Fieldhouse – *Economics and Empire, 1830-1914*. London: Cornell Press, 1973, *apud* Harrison M. Wright – *The “New Imperialism”. Analysis of late-nineteenth century expansion*. Lexington: D. C. Heath and Company, 1976, p. 186.

³ No Canadá e na África do Sul já existiam importantes minorias brancas, isto é, os franceses do Quebeque (Canadá) e os boers da África do Sul.

⁴ D.K. Fieldhouse – *Ob. Cit.*, 1973, p. 186: “ In the still colonial world [twentieth century] the most probable regions for future settler expansion were Australia, Southern and Central Africa, the South Pacific, Southern Siberia and North Africa”. In Algeria, Angola and Mozambique there were already some small but ancient settler communities.

⁵ A Declaração Unilateral de Independência da Rodésia do Sul (Zimbabwe) pela minoria branca em 1965 não foi reconhecida pela comunidade internacional. Em 1980 o país alcançou a independência sob o governo da maioria negra.

A colonização demográfica europeia também diferiu quanto à dimensão, isto é, aos quantitativos demográficos envolvidos. Podemos distinguir três tipos diferentes de colonização demográfica: limitada, tal como no início da colonização ibérica na América Latina e nalgumas colónias contemporâneas da África Central e Austral (Angola, Moçambique, Quênia, Zâmbia e Zimbabwe); substancial, na África do Sul e na Argélia; maciça, eliminando quase completamente os povos nativos, tal como os índios nos Canadá e Estados Unidos da América, os aborígenes na Austrália e os maoris na Nova Zelândia⁶. A Austrália, o Canadá, os EUA e outras colónias de povoamento europeu no continente americano converteram-se em países politicamente independentes sob domínio branco, ou seja uma espécie de “Novas Europas”⁷. Pelo contrário, em África as colónias de povoamento europeu (de tipo limitado ou substancial) nunca se transformaram em países de matriz europeia, inclusive a África do Sul onde o domínio branco só foi eliminado em 1994, com o fim do regime de *apartheid*. Os quadros I e II providenciam dados relativos à evolução do povoamento europeu nalguns países africanos entre 1920 e 1970.

QUADRO I

| País | 1920 – População ⁸ | | 1940 – População ⁹ | | | |
|---------------|-------------------------------|-----------------|-------------------------------|-----------------|------|------------|
| | Colonos Brancos | População Total | Colonos Brancos | População Total | | |
| África do Sul | 1.521.000 | 21,9 | 6.926.000 | 2.732.000 | 23,2 | 11.775.000 |
| Argélia | 791.370 | 13,8 | 5.714.556 | 946.013 | 13,2 | 7.147.457 |
| Zimbabwe | 33.620 | 3,8 | 884.736 | 68.954 | 4,7 | 1.467.106 |
| Angola | 20.700 | 0,6 | 3.130.200 | 44.083 | 1,2 | 3.737.947 |

⁶ Leo Kuper – “The theory of the plural society, race and conquest”, in *Sociological theories: race and colonialism* (Dir. UNESCO). Poole: UNESCO, 1980, p. 253.

⁷ Sobre a ideia de “Nova Europa” vide: Alfred W. Crosby – *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

⁸ África do Sul (dados de 1921): Christopher Saunders *et alia* – *Historical Dictionary of South Africa*. London: The Scarecrow Press, 2000, p. XXXV. Angola: Walter Marques – *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*. Luanda: Junta de Desenvolvimento Industrial, 1962, pp. 40-42. Argélia (dados de 1921): Brune Étienne – *Les européens d’Algérie et l’indépendance algérienne*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1968, p. 18. Moçambique: (dados de 1918) Gervase Clarence-Smith – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985, p. 134. Quênia (dados de 1921) Alison Smith – “The immigrant communities (1): the Europeans”, in *History of East Africa* (Dir. D. A. Low; Alison Smith – Vol. III). Oxford: Clarendon Press, 1976, p. 576. Zâmbia: Donald George Morrison *et alia*. – *Black Africa: a comparative handbook*. New York: The Free Press, 1972, pp. 14 e 483. Zimbabwe (dados de 1921): Rita Cruise O’Brien – “White society in Africa”, *Tarikh*, vol. 6, n.º 2. Lagos: University of Lagos, 1977, p. 20. Nota: os efectivos das populações negras da Zâmbia e do Zimbabwe foram propositadamente sub-valorizados até às respectivas independências.

⁹ África do Sul (dados de 1946): Christopher Saunders *et alia* – *Ob. Cit.*, 2000, p. XXXV. Angola: *1.º Recenseamento da População de Angola*, 1940. Argélia (dados de 1936): Denise Bouche – *Histoire de la colonisation française. Flux et reflux (1815-1962)* (Tome 2). [Sl.]: Fayard, 1991, p. 337. Moçambique: *1.º Recenseamento da População de Moçambique*, 1940. Quênia (dados de 1941): Alison Smith – *Ob. Cit.*, 1976, p. 576. Zâmbia (dados de 1939): Shula Marks – “Southern Africa”, *The Oxford History of the British Empire. The twentieth century* (Dir. Judith M. Brown; WM. Roger Louis). Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 553. Zimbabwe (dados de 1941): Rita Cruise O’Brien – *Ob. Cit.*, 1977, p. 20.

| | | | | | | |
|------------|--------|-----|-----------|--------|-----|-----------|
| Moçambique | 11.000 | 0,4 | 3.120.000 | 27.438 | 0,5 | 5.086.000 |
| Quénia | 9.700 | 0,2 | 3.835.000 | 22.800 | 0,5 | 4.884.000 |
| Zambia | 8.765 | 0,5 | 1.753.000 | 13.000 | 0,6 | 2.099.000 |

QUADRO II

| País | 1960 - População ¹⁰ | | 1970 – População ¹¹ | | | |
|---------------|--------------------------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|------|------------|
| | Colonos Brancos | População Total | Colonos Brancos | População Total | | |
| África do Sul | 3.008.000 | 18,8 | 16.002.000 | 3.773.000 | 17,3 | 21.794.000 |
| Argélia | 1.050.000 | 9,7 | 10.850.000 | - | - | - |
| Zimbabwe | 221.500 | 5,8 | 3.790.000 | 271.000 | 4,5 | 5.971.000 |
| Angola | 172.529 | 3,6 | 4.830.449 | 290.000 | 5,1 | 5.673.046 |
| Moçambique | 97.245 | 1,5 | 6.578.569 | 200.000 | 2,4 | 8.234.000 |
| Quênia | 53.000 | 0,6 | 8.833.000 | - | - | - |
| Zâmbia | 75.000 | 3,3 | 2.200.000 | - | - | - |

Apesar das diferentes dimensões das respectivas comunidades brancas, África do Sul, Argélia, Zimbabwe (Rodésia do Sul), Angola, Moçambique, Quênia e Zâmbia (Rodésia do Norte) foram, durante determinado período no século XX, colónias de povoamento europeu. Tal como sublinhou Paul Mosley, uma colónia de povoamento europeu é “a country partly settled by European landowner-producers, who have a share in government, but who nonetheless remain a minority of the population and who in particular remain dependent at least for labour, on the indigenous population”¹². Esta definição “distinguishes settler colonies from peasant export colonies where the white immigrant population was purely administrative (e.g. Uganda, Gold Coast, Nigeria) and from colonies such as Australia and Canada where the indigenous population was too sparse to be significant either as a market or as a factor of production in the colonial economy”¹³. Nas colónias de povoamento europeu podemos encontrar uma forma local de colonialismo praticado pelos próprios colonos brancos, conhecida nos meios académicos anglo-saxónicos como *settler colonialism* ou *settler sub-imperialism*¹⁴. Esta forma particular de colonialismo, tal como foi

¹⁰ África do Sul: Christopher Saunders *et alia* – *Ob. Cit.*, 2000, p. XXXV. Angola: 3.º Recenseamento da População de Angola, 1960. Argélia: Bruno Étienne – *Ob. Cit.*, 1964, p. 18. Moçambique: 3.º Recenseamento da População de Moçambique, 1960. Quênia (dados de 1961): Alison Smith – *Ob. Cit.*, 1976, pp. 576-577. Zâmbia: D. Abshire; M. Samuels - *Portuguese Africa: a Handbook*. New York: Praeger, 1969, pp. 205-206. Zimbabwe (dados de 1961): Larry Bowman – *Politics in Rhodesia: white power in an African state*. Massachusetts: Harvard University Press, 1973, p. 13.

¹¹ Em 1962 a Argélia alcançou a independência sob o governo da maioria árabe e magrebina e a maioria dos colonos – *pièds noirs* – abandonou rapidamente o país. Em 1964 o Quênia e a Zâmbia adquiriram a independência sob o governo da maioria negra, de forma que muitos colonos abandonaram esses países. África do Sul: Christopher Saunders *et alia* – *Ob. Cit.*, 2000, p. XXXV; Zimbabwe (dados de 1973): Patrick O’Meara – *Rhodesia. Racial conflict or coexistence?*. London: Cornell University Press [s.d.], p. 1; Angola: Gerald Bender and P. Santey Yoder – “Whites in Angola on the eve of independence: the politics of numbers”, *Africa Today*, 21 (Fall 1974), p. 126; Moçambique (dados de 1974 para a população branca): Malyn Newitt – *A history of Mozambique*. London: C. Hurst, 1995, p. 476.

¹² Tomámos como nossa a definição de Paul Mosley de “settler society”. Paul Mosley – *The settler economies. Studies in the economic history of Kenya and Southern Rhodesia 1900-1963*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 5.

¹³ Paul Mosley – *Ob. Cit.*, 1983, p. 5.

¹⁴ D.K. Fieldhouse – *Ob. Cit.*, 1973, p. 186.

praticada nalguns países africanos durante o século XX, é um fenómeno tão complexo quanto desconcertante. De certo modo representa um desafio para a teoria do subdesenvolvimento, uma vez que “it must face the fact that settler economies quickly develop an economic nationalism of their own and to that extent fail to fit the classical-imperialist model of underdeveloped countries whose economic policy and development are dictated by the needs of the European metropolis”¹⁵. O nacionalismo económico dos colonos brancos foi um fenómeno comum a todas as colónias de povoamento europeu em África – a Declaração Unilateral de Independência (UDI, *Unilateral Declaration of Independence*) da Rodésia do Sul foi apenas o seu episódio mais conhecido. Na realidade, o nacionalismo económico branco foi a expressão da consciência aguda dos colonos de quando os seus interesses coincidiram ou não com os da metrópole¹⁶. De facto, a política económica colonial ditada pelo governo metropolitano foi muitas vezes o produto das necessidades da burguesia metropolitana ou mesmo dos interesses do capital estrangeiro. No entanto, essas necessidades e interesses externos à situação colonial colidiram frequentemente com as aspirações económicas dos próprios colonos. Ao mesmo tempo, o nacionalismo económico branco foi também a consequência da competição económica entre segmentos da burguesia colonial branca e não branca no interior da própria situação colonial, bem como o resultado da necessidade dos colonos em controlar as reservas de mão de obra barata, isto é, a população negra.

Neste contexto, o controlo do aparelho do Estado Colonial era indispensável aos colonos, a fim de contrastar a competição económica externa, garantir a primazia económica interna e dominar a mão de obra africana. Desta forma, os colonos brancos reivindicaram frequentemente uma autonomia administrativa, económica e política ou mesmo uma forma de governo próprio. Mas a evolução política de cada uma das colónias de povoamento europeu em África diferiu substancialmente, consoante os condicionalismos locais e a política colonial metropolitana. Por exemplo, no início do século XX o governo britânico mostrou-se disposto a conceder uma forma de governo próprio – o *dominion status* - aos colonos sul africanos, provavelmente para mitigar as consequências desastrosas da guerra contra os boers. Aliás, pelo menos até à 2ª Guerra Mundial, Londres encarou a África do Sul e a Rodésia do Sul (Zimbabwe) como “países do homem branco” (*white man countries*), isto é, lugares onde os europeus poderiam construir novas nações, à semelhança do que tinha acontecido na América do Norte, Austrália e Nova Zelândia. A este propósito George Bennett sublinhou: “The territories of British settlement in tropical Africa were true colonies in every sense of the word. As population-projections of the mother country, they

¹⁵ Paul Mosley – *Ob. Cit.*, 1983, p. 1.

¹⁶ Franz-Wilhelm Heimer – *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980, p. 27: “Os colonos angolanos tinham uma longa tradição de nacionalismo económico, isto é, uma consciência muito aguda de quando os seus interesses coincidiam com os da metrópole, e quando não coincidiam”.

were but the last in a long line that descends from the American colonies through the later settlements that grew during the nineteenth century to become self-governing dominions under the British crown. The twentieth-century colonists in tropical Africa expected to attain in their new lands the same status”¹⁷. Do mesmo modo, Shula Marks frisou que: “it was widely accepted in British ruling circles that the Zambezi River was to be the frontier between the settler south and the tropical dependencies of eastern and central Africa. As Milner, who was British High Commissioner for Southern Africa, 1895-1905, and who, more than any other single individual, shaped its early-twentieth-century destiny, remarked in 1899: ‘One thing is quite evident. The *ultimate* end is a self-governing white Community, supported by *well-treated* and *justly governed* black labour from Cape Town to Zambezi’ (...)./ “Milner’s notion of a self-governing white community extending to the Zambezi was shared also in South Africa, most notably by General J. C. Smuts, former Afrikaner general turned Imperial statesman, joint-architect of Union, and its Prime Minister in the years 1919-1924 and 1939-48, who long dreamt of a Greater South Africa”¹⁸. Neste contexto, a África do Sul alcançou o estatuto de domínio britânico (uma semi-independência) em 1910 e a Rodésia do Sul adquiriu o estatuto de governo responsável (*responsible government*), uma forma imperfeita de governo próprio que garantia uma larga autonomia interna aos colonos brancos, em 1923¹⁹.

No Quênia o governo britânico praticou uma política diferente, apesar das aspirações hegemônicas e autonomistas dos colonos: “In the 1920s Kenyan politics represented a struggle for political power between the two main immigrants races. The Europeans, mainly farmers and their allies, stood arrayed against the Indians, most of them small traders and artisans, led by a handful of wealthier merchants and professional men (...). Even a militant advocate of African rights and of Indirect Rule like Lord Lugard believed that Kenya’s problem consisted in: ‘defining the area to be appropriated to British settlement, and granting to the settlers within that area representative government leading up eventually to that complete self government which a virile and progressive British colony may rightly claim’”²⁰. Mas a comunidade branca queniana apresentava uma demografia demasiado exígua (apenas 9.700 colonos, contra 25.300 indianos e 3.800.000 negros em 1920), pelo que, “in 1923 Britain declared Kenya a primarily African territory, too, where native interests were paramount (...). Settlers felt betrayed, although the declaration protected them

¹⁷ George Bennett – “British settlers north of the Zambezi, 1920 to 1960”, in *Colonialism in Africa 1870-1960* (Volume 2. Edited by L. H. Gann and Peter Duignan). Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 58.

¹⁸ Shula Marks – *Ob. Cit.*, 1999, p. 548.

¹⁹ Larry Bowman – *Ob. Cit.*, 1973.

²⁰ L. H. Gann; Peter Duignan – “Changing patterns of a white elite: Rhodesians and others settlers”, in *Colonialism in Africa 1870-1960. The history and politics of colonialism 1914-1960* (Vol. 2). Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 126.

against Indian competition”²¹. A Grã-Bretanha também negou a atribuição do governo próprio aos colonos da Rodésia do Norte, enquanto a França governou a Argélia directamente a partir de Paris, através do Ministério do Interior²², apesar das aspirações autonomistas dos *pieds-noirs* (colonos franceses, espanhóis, italianos, malteses e seus descendentes)²³.

Tal como nas demais colónias de povoamento europeu, Angola também conheceu uma longa tradição de nacionalismo económico branco, que remontava ao século XIX. Um dos episódios mais conhecidos desse nacionalismo económico foi a revolta de alguns sectores da burguesia de Benguela contra o domínio português, na sequência da independência do Brasil em 1822. A revolta ficou conhecida com o nome de Conferência Brasília, na medida em que os revoltosos procuravam uma união política com o Brasil. Na realidade, os principais interesses económicos da burguesia benguelense residiam no país sul americano, nomeadamente o trato transatlântico de escravos. A exiguidade demográfica, debilidade militar e fraqueza económica dos angolanos permitiu ao governo português restabelecer a autoridade sobre Benguela, gorando os planos dos revoltosos. No entanto, as tensões entre os colonos angolanos e o governo português continuou ao longo de todo o período colonial, independentemente do regime que estivesse no poder em Lisboa (Monarquia Constitucional, Primeira República, Ditadura Militar ou Estado Novo). O facto é que o governo português manifestou-se sempre contrário à concessão de qualquer forma de governo próprio aos colonos angolanos e o centralismo, autoritarismo e mesmo despotismo da política colonial portuguesa provocaram uma evolução no sentido de uma maior politização ou ideologização desse protesto nacionalista, em especial a partir de 1940²⁴.

A fim de obter um melhor entendimento do fenómeno nacionalista branco em Angola convém desde já caracterizar a posição dos colonos brancos na situação colonial angolana. De facto, os portugueses estabeleceram-se de modo permanente em Angola no século XVI com a fundação de Luanda em 1576. No entanto, a maior parte do país só foi ocupada nas primeiras décadas do século XX, após violentas guerras de conquista que dizimaram uma parte substancial da população negra. O povoamento branco foi um processo lento e difícil e quase todas as tentativas de fundação de novas áreas de povoamento fora das regiões anteriormente ocupadas de Luanda e de Benguela falharam quase completamente até meados do século XIX. A situação começou a modificar-se com

²¹ John Lonsdale – “East Africa”, in *The Oxford History of the British Empire. The twentieth century* (Dir. Judith M. Brown; WM. Roger Louis). Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 535.

²² Ao contrário das outras colónias francesas, que eram administradas pelo Ministério das Colónias.

²³ Sobre os sentimentos autonomistas dos *pieds noirs* vide: Brune Étienne – *Les européens d’Algérie et l’indépendance algérienne*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1968.

²⁴ O nacionalismo económico dos colonos brancos era ainda mais forte em Moçambique do que em Angola, tal como se pode depreender do poder adquirido por figuras como Jorge Jardim. No entanto, exceptuando um pequeno grupo de democratas brancos, os colonos moçambicanos nunca desenvolveram uma forma mais política ou ideológica de nacionalismo. Agradecemos a Malangatana Valente e a Anna Maria Gentili as informações prestadas sobre os “Democratas de Moçambique”.

a fundação da cidade costeira de Moçâmedes (Namibe) e mais tarde do Lubango (Sá da Bandeira), nas Terras Altas da Huíla, ambas no Sul de Angola. A partir do início do século XX um contingente cada vez maior de colonos estabeleceu-se nas principais cidades do litoral - Luanda, Benguela e Lobito - e nas novas cidades do Planalto - Malange, Kuito (Silva Porto) e Huambo (Nova Lisboa)²⁵. Deste modo, o núcleo colonial branco adquiriu uma maior consistência demográfica em especial nos Planaltos a Sul do rio Cuanza, onde a “amenidade do clima favorecia o povoamento branco”.

Por outro lado, a maioria dos colonos provinha dos estratos economicamente mais desfavorecidos da sociedade metropolitana, no que diferia substancialmente de outras colónias de povoamento europeu, em particular do Quénia. Nas cidades brancas do Planalto os colonos provinham essencialmente de famílias pobres da Ilha da Madeira ou do Nordeste de Portugal²⁶. A esses juntavam-se os degredados, isto é, os portugueses deportados para a colónia por crimes políticos ou de delito comum, a maioria dos quais habitava em Luanda e Benguela. Nestas duas últimas cidades existia uma importante grupo de mestiços e negros europeizados, cujos estratos superiores formavam uma burguesia local engajada no trato de escravos e noutras actividades comerciais, pelo menos até meados do século XIX²⁷. Mas o fim do comércio de escravos e o crescimento do núcleo colonial branco conduziram à decadência dessa burguesia, que perdeu gradualmente a sua riqueza, prestígio e importância a favor dos colonos brancos. Na realidade, os colonos instrumentalizaram a administração colonial para minar a posição social e económica de mestiços e negros e difundiram ideias racistas sobre a superioridade dos brancos para legitimar o novo poder branco. Estas transformações estiveram na origem de fortes tensões no seio da situação colonial angolana, uma vez que a elite mestiça e negra de Luanda procurou reagir ao racismo branco através de uma intensa campanha jornalística e política contra as injustiças da administração colonial portuguesa²⁸. Esse protesto ficou conhecido com o nome de nativismo por ser a expressão das aspirações políticas do sector dos filhos do país, isto é, dos nativos ou naturais de Angola. O nativismo foi a primeira expressão de um imberbe sentimento nacional entre a burguesia mestiça e negra europeizada angolana e durou pelo menos até às décadas de 1930/1940²⁹. Benguela não ficou alheia ao fenómeno nativista, mas as relações raciais nessa cidade foram sempre muito menos tensas do que em Luanda. Por seu lado, nas cidades do Planalto os mestiços foram sempre um

²⁵ A cidade do Huambo (Nova Lisboa) foi fundada pelo Governador Geral de Angola, Norton de Matos, em 1912.

²⁶ Entre 1880 e 1928 existia uma pequena minoria boer nas Terras Altas da Huíla.

²⁷ A posse de escravos era – mais do que a terra – a principal fonte de capital e de poder dessa elite mestiça e negra europeizada.

²⁸ Jill R. Dias – “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1, pp. 61-94, 1984. Um exemplo desse protesto foi a publicação de: AA.VV – *Voz d’Angola clamando no deserto: oferecida aos amigos da verdade pelos nativos*. Lisboa: 1901.

²⁹ Este período foi brilhantemente sintetizado por Douglas Wheeler. Cf. Douglas Wheeler; René Pélissier - *Angola*. London: Pall Mall Press, 1971.

grupo numericamente restrito e, desde que fossem legalmente legitimados pelos pais brancos, eram socialmente considerados como brancos³⁰. Ao invés, a maioria da população negra habitava fora das cidades, por vezes com pouco ou nenhum contacto com a sociedade moderna. Neste sentido, em 1971 um inquérito realizado nas zonas rurais angolanas verificou que cerca de 90% dos inquiridos não conhecia o significado da palavra “Angola”³¹.

A situação colonial angolana era permeada por fortes tensões raciais, sobretudo a partir do final do século XIX. Contrariamente às presunções lusotropicalistas oficiais³², o racismo estava na base do colonialismo português em Angola, de tal forma que a discriminação racial legitimava a segmentação demográfica da população angolana em brancos, mestiços e negros, os últimos dos quais oficialmente divididos em “civilizados” e “não civilizados” ou, por outras palavras, em “assimilados” e “indígenas”. De facto, até à abolição do Estatuto do Indigenato (1961) apenas os negros ditos assimilados – menos de 1% do total da população – usufruíam integralmente da cidadania portuguesa. Os indígenas – isto é, a restante população negra – eram considerados meros sujeitos coloniais e podiam ser recrutados pelas autoridades portuguesas como mão de obra forçada. Mas esta não era a única forma de discriminação baseada em pressupostos raciais. De facto, o regime colonial português construiu uma hierarquia racial baseada no cruzamento de dois conceitos distintos – raça e naturalidade. Assim, os brancos naturais de Angola foram oficialmente classificados de euro-africanos, a fim de os distinguir dos metropolitanos ou reinóis³³. Os euro-africanos eram considerados inferiores aos metropolitanos, daí a expressão muito difundida de “brancos de segunda”. Na década de 1950, o missionário americano Thomas Okuma sublinhou que: “Discrimination by the Portuguese against Angolan Europeans over a period of many years has made the ties to the mother country weaker for the Angolan Europeans than for the new *colonos* or settlers from Portugal. Angolan Europeans resent the fact that metropolitanans consider them second-class Portuguese. Prior to 1950 the *bilhete de identidade* of Angolan Portuguese was not valid in the homeland. Restrictions on travel to Portugal applied to them as it did to non-Portuguese residents in Angola”³⁴. Em 1961 o “Sub-Comité das Nações Unidas para a Situação em Angola” confirmou a

³⁰ Nas cidades brancas do Planalto os negros europeizados eram em menor número que os mestiços, uma vez que a maioria da população negra encontrava-se legalmente segregada até 1961, em virtude do Estatuto do Indigenato. Os indígenas eram considerados sujeitos nacionais, mas não cidadãos portugueses. Para obter a cidadania precisavam de provar a sua adopção da civilização europeia. Se conseguissem prová-la eram declarados legalmente civilizados ou assimilados. Cf. Adriano Moreira – “As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique”, Sep. da revista *Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2 (Lisboa, JIU), 1956.

³¹ As conclusões desse inquérito foram publicadas em Franz-Wilhelm Heimer – *Educação e sociedade nas áreas rurais de Angola. Resultados de um inquérito* (Volume I). Luanda: 1972.

³² Sobre as relações entre o lusotropicalismo e a política colonial portuguesa vide: Cláudia Castelo – *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

³³ Entrevista a Adolfo Maria, branco natural de Angola, membro do MNLA-PCA, da FUA e do MPLA (Lisboa, Janeiro de 2004).

³⁴ Thomas Okuma – *Angola in ferment: the background and prospects of Angolan nationalism*. Boston: Beacon Press, 1962, p. 59.

existência dessa hierarquia racial baseada na raça e na naturalidade: “It was stated that though the major line of distinction in social practices has been between the *não-indígenas* and the *indígenas* and in spite of the objectives of Government policy regarding a multi-racial society, in Angola race and place of birth had come to determine, in practice, many rights and privileges. It was said that in Angola there were in practice five categories of inhabitants. First the Portugal-born Portuguese; second, the Portuguese actually born in Angola; third in line was the *mestiço* (mulatto); next was the African *assimilado*; and finally, the great majority of the Africans”³⁵.

As divisões no seio da população branca eram assim percebidas por um dos grupos nacionalistas brancos angolanos – a Frente de Unidade Angolana (FUA): “Presentemente, a população branca de Angola divide-se em dois agrupamentos, bastante distintos e digladiando-se mesmo. Estes dois agrupamentos são: 1 – *População branca africanizada* – Constituída por colonos e seus descendentes, cujos interesses económicos e sentimentos de nacionalidade se situam completamente em Angola; 2 – *População branca europeia* – Constituída por aqueles que se deslocam a Angola com o único intuito de amealharem o seu pé de meia e regressar, pelos funcionários públicos nomeados e enviados pelo Governo Português e ainda pelos funcionários superiores das empresas cujos accionistas vivem fora de Angola./ A razão do antagonismo entre estes dois agrupamentos da população branca é bem compreensível na medida em que os interesses se opõem. O comerciante, o agricultor ou o industrial fixado sente o desfavor em que é colocado perante as forças económicas estrangeiras, quer de Portugal quer de outro país qualquer; o funcionário, o intelectual, o trabalhador, naturais de Angola, sentem o quanto são preteridos em favor dos enviados pelo Governo Português, mesmo a despeito do seu valor pessoal ser superior, principalmente no respeitante a cargos de direcção./ O primeiro agrupamento é nacionalista pela sua profunda ligação ao país. O segundo é colonialista porque representa e defende os interesses colonialistas”³⁶. A oposição entre, por um lado, brancos naturais de Angola e angolizados e, por outro, metropolitanos foi agravada por um fenómeno sociológico ou psico-sociológico: a rejeição da metrópole por parte dos colonos, enquanto resposta a um anterior exclusão – social, económica ou política - da parte da sociedade portuguesa³⁷. As divisões no seio do núcleo colonial branco, a rejeição da metrópole e a concomitante identificação com a terra angolana contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de uma forma mais política de nacionalismo branco.

A dispersão geográfica da população branca constituiu outro factor de diferenciação entre os colonos. Angola é um país enorme e com poucas vias de comunicação, se excluirmos as linhas

³⁵ United Nations General Assembly, 16^a Session, Agenda Item 27 – *Report of the sub-committee on the situation in Angola* (22/11/1961).

³⁶ Frente de Unidade Angolana – “A população branca no contexto nacional”, *Kovaso. Órgão da FUA*, Fevereiro de 1963, p. 2.

³⁷ Adelino Torres – *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991, p. 61.

férreas perpendiculares à costa. As comunicações entre Luanda e o resto da colónia nem sempre foram fáceis, em especial entre as regiões do Norte e do Centro-Sul. Neste sentido, o relativo isolamento das comunidades de colonos produziu um forte sentimento de localismo, sobretudo no Centro-Sul, onde os colonos não aceitavam de bom grado as tendências hegemónicas de Luanda. Os próprios interesses económicos da burguesia branca diferiam de região para região: as culturas do milho, açúcar e sisal, a criação de gado, a pesca e o comércio interno tinham muito mais relevância no Centro-Sul do que no Noroeste, onde a lucrativa cultura do café assentava sobre a exploração da mão de obra barata negra. A burguesia de Luanda dedicava-se preferencialmente ao *import-export*, à construção civil e a outras actividades comerciais e industriais de cariz moderno. Além disso, os colonos estavam mais arreigados à terra no Sul, sobretudo em Moçâmedes e na Huíla, onde se podiam encontrar muitos brancos de terceira e quarta geração no final do período colonial. Aliás, o Lubango e Moçâmedes eram as únicas cidades angolanas onde os brancos constituíam uma maioria em relação aos negros e mestiços. Simultaneamente, os brancos do Sul sofreram de forma mais consistente um gradual processo de africanização, em especial os descendentes dos colonos madeirenses – os chicoronhos³⁸ - que se tinham estabelecido nas Terras Altas da Huíla na década de 1880, ao ponto de Henrique Galvão os ter designado de “tribu branca da Huíla”³⁹.

A classe era outro importante factor de diferenciação no seio da minoria branca, uma vez que a hierarquia social dos colonos era bastante rígida. Na década de 1950 os estratos superiores da burguesia comercial e industrial de Luanda – os patrões – e os altos funcionários da administração colonial formavam o topo da estrutura social angolana. Esse grupo partilhava o prestígio social – mas não o poder económico – com advogados, médicos, professores do liceu e todos os que possuíam um diploma universitário e que, por consequência, recebiam o tratamento de “senhor doutor” (Sr. Dr.). Mas a primazia desta elite económica e intelectual era contestada pelos novos “barões do café” do Noroeste e por alguns ricos comerciantes e fazendeiros do Centro-Sul, os quais nunca conseguiram impor a sua liderança à elite de Luanda. A classe média branca era formada por funcionários públicos de funções menores (mas importantes), empregados de escritório, pequenos comerciantes – da cidade ou do mato - a maioria dos agricultores e os estratos superiores do operariado. Geralmente esta classe média branca tendia a socializar com os descendentes da antiga elite mestiça e negra de Luanda e Benguela, então reduzida a uma pequena burguesia de serviços, e com o novo grupo de negros assimilados. Na base da hierarquia social estava um grande número de “brancos pobres”: operários não qualificados, artesãos proletarizados, taxistas, agricultores falidos,

³⁸ Carlos Alberto Medeiros – *A colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Estudo de Geografia Humana*. Lisboa: 1976, p. 31. Na língua local “chicoronho” significa “os colonos”, mas o termo era usado sobretudo para designar os descendentes dos colonos madeirenses.

³⁹ Henrique Galvão – *História do nosso tempo. João de Almeida (sua obra e acção)*. Lisboa: AGC, 1931, p. 353.

trabalhadores domésticos, colonos desempregados e até mendigos. A maior parte deste proletariado predominantemente urbano vivia nos muceques de Luanda, do Lobito e de outras cidades angolanas, lado a lado com os seus vizinhos mestiços e negros.

Tal como já referimos o nacionalismo económico dos brancos angolanos remonta pelo menos ao século XIX. Mas as tensões entre os colonos e o governo português agravaram-se a partir do final desse século em torno da questão do álcool. Após a abolição da escravatura, a burguesia angolana especializou-se no comércio com a população negra, servindo o álcool como “moeda de troca”. Os comerciantes brancos vendiam cachaça, produzida localmente a partir da cana de açúcar, e tecidos baratos de importação às autoridades tradicionais africanas em troca de borracha, marfim, café e mão de obra barata. Desta forma, importantes casas comerciais floresceram em Luanda, Benguela e Moçâmedes. Contudo, a partir de 1890 a burguesia metropolitana procurou converter Angola num mercado protegido para os seus produtos, nomeadamente vinho e têxteis. Deste modo, a burguesia metropolitana instrumentalizou o aparelho de Estado Português para obter a aplicação de duas medidas: a) proibir a produção angolana de álcool (cachaça); b) obrigar os colonos angolanos a comprar exclusivamente vinho e têxteis produzidos em Portugal, mesmo que os produtos estrangeiros fossem mais baratos. A aplicação destas normas teria tido por consequência a destruição da base da riqueza e do poder da burguesia angolana e a subordinação dos seus interesses às necessidades da burguesia metropolitana. Os colonos procuraram resistir à aplicação dessas medidas por via de um protesto jornalístico, político e económico que durou pelo menos até à década de 1930. Na verdade a administração colonial portuguesa era ainda demasiado fraca para forçar a execução de legislação que minasse os interesses da burguesia colonial. O Estado colonial restringia-se aos principais centros urbanos e regiões costeiras e precisava do apoio dos colonos para controlar o território da colónia. Mas esta situação veio a alterar-se radicalmente com o advento da ditadura salazarista.

Neste contexto, ao longo das primeiras décadas do século XX, o protesto político dos colonos brancos estruturou-se em torno de duas linhas diferentes: a) uma contestação económica conservadora que advogava a autonomia económica de Angola, isto é, a não interferência do governo metropolitano na vida económica da colónia; b) uma linha mais liberal dita autonomista que encarava a autonomia política e económica como um primeiro passo para a aquisição de uma forma de governo próprio⁴⁰. Os conservadores criticavam qualquer tentativa de modernização da economia angolana, uma vez que dependiam economicamente da continuação de um sistema económico arcaico baseado na exploração da mão de obra negra semi-escrava. Aliás, através das Associações Económicas e de algumas publicações, os conservadores reagiam violentamente contra

⁴⁰ José de Macedo – *Autonomia de Angola. Estudo de administração colonial*. Lisboa: Edição do Autor, 1910, pp. 83, 209-215.

qualquer tentativa para acabar com a mão de obra forçada, nomeadamente a do Governador Geral e Alto Comissário Norton de Matos (1921-1924)⁴¹. Pelo contrário, os liberais autonomistas apoiaram o plano de desenvolvimento de Norton de Matos, que procurava instituir uma economia capitalista moderna assente na circulação de mão de obra (branca e negra) livre. Na verdade, por intermédio da Associação Comercial de Benguela e de um conjunto apreciável de jornais republicanos, em especial *A Defeza de Angola*, os autonomistas tinham activamente apoiado a implantação da República, na expectativa que o novo regime trouxesse uma descentralização administrativa tendente à autonomia política. Por detrás das movimentações autonomistas estava, porém, um conjunto de organizações de cariz maçónico (Grémio Lusitano, em Luanda, Grémio Pátria Nova, no Bié, etc.). A maçonaria era conhecida em Angola com o nome de *kuribeka*, se bem que há quem ponha em causa a identificação entre as duas organizações⁴². A maçonaria angolana era especialmente activa em Benguela, aparentemente mantendo algumas relações com a brasileira. De facto, o Brasil providenciava um atraente modelo político aos autonomistas angolanos, os quais defendiam a futura transformação de Angola numa República independente sob o governo da população branca, mas com a participação política (pelo menos nominal) da elite mestiça e negra europeizada.

A posição inicial dos autonomistas angolanos era de que Angola não estava preparada para a independência, pelo que se considerava necessária a dominação colonial portuguesa durante um período indeterminado. Mas com o falhanço do programa de modernização de Norton de Matos em 1924, os colonos sentiram-se desiludidos e traídos pelo governo republicano português. A colónia encontrava-se numa profunda crise financeira e pouca ajuda podia esperar da metrópole. Neste sentido, ocorreu uma radicalização do protesto autonomista, pela criação de dois partidos políticos: o Partido Pró-Angola, em Luanda, e a União dos Defensores de Angola, em Benguela. Os brancos angolanos exigiram a concessão imediata de uma autonomia efectiva a Angola, bem como de uma ajuda financeira da metrópole para sanar o *déficit* da colónia. Nas principais cidades realizaram-se greves, manifestações e até alguns actos de violência. As próprias casas comerciais fecharam as suas portas como sinal de protesto contra a política colonial portuguesa. Na imprensa aventou-se a hipótese de uma secessão de Angola pela mão dos colonos brancos, reavivando o fantasma do Grito do Ipiranga de 1822⁴³. No entanto, as aspirações dos colonos angolanos não foram satisfeitas. Na metrópole uma coligação de forças conservadoras – incluindo a burguesia portuguesa com interesses em Angola – colocou um ponto final na 1.^a República com o golpe de 28 de Maio de

⁴¹ Vide, por exemplo, Júlio Ferreira Pinto - *Angola. Notas e comentários de um colono*. Lisboa: 1926; Venâncio Guimarães – *A situação de Angola. Para a história do reinado de Norton, factos e depoimentos*. Lisboa: 1923.

⁴² Em particular o escritor Leonel Cosme.

⁴³ PRO – FO 371/15030, (Consul-General Smallbones to Mr. A. Henderson 10/05/1930).

1926. A Ditadura Militar (1926-1933) transformou-se na ditadura civil do Estado Novo (1933-1974), sob a direcção de António de Oliveira Salazar, e reforçou o controlo da metrópole sobre Angola, num momento de especial debilidade económica da burguesia angolana.

Em 1929 Lisboa nomeou o Comandante Filomeno da Câmara, reconhecido dirigente pró-fascista, Alto Comissário de Angola. Em 29 de Novembro de 1929, o novo Alto Comissário – acolitado pelo Tenente Moraes Sarmiento – iniciou uma campanha repressiva contra a maçonaria e os autonomistas angolanos, tendo a polícia invadido as instalações do Grémio Português e do Grémio Pátria Integral, em Luanda. A repressão também afectou os deportados políticos portugueses residentes em Angola⁴⁴. A resposta das vítimas não se fez esperar. Em 20 de Março de 1930 uma coligação constituída por autonomistas brancos angolanos, deportados políticos portugueses e militares da guarnição de Luanda revoltou-se contra o despotismo do governo de Filomeno da Câmara, nomeadamente contra as arbitrariedades cometidas pelo Tenente Moraes Sarmiento, o qual foi morto durante o levantamento. Simultaneamente, “a number of influential persons at Benguela seriously proposed that Angola should declare itself an independent republic, following the example of Brazil”⁴⁵. Mas os revoltosos – liderados pelo Coronel Genipro da Cunha d’Eça - não dispunham de força militar suficiente para impor essa solução, pelo que foram obrigados a negociar com o governo de Lisboa, por intermédio do Vigário Geral de Angola, Monsenhor Alves da Cunha. O governo português demitiu o Alto Comissário Filomeno da Câmara e a situação normalizou-se temporariamente. Contudo, alguns meses depois as autoridades coloniais portuguesas iniciaram uma nova campanha repressiva contra os autonomistas, o que provocou diversos actos de violência durante os anos de 1930 e 1931. Os autonomistas brancos foram presos, exilados ou simplesmente silenciados; a maçonaria foi proibida (1935) e quase todas as liberdades cívicas e políticas foram suprimidas. Incapaz de resistir à repressão salazarista, o autonomismo branco angolano foi esmagado durante a década de 1930.

Neste contexto, o governo português promulgou um pacote de legislação económica colonial que favorecia os interesses económicos da burguesia metropolitana em detrimento dos angolanos. A legislação colonial de Salazar e do seu Ministro das Colónias – Armindo Monteiro – reduziu Angola a uma colónia de exploração, apesar das suas estruturas de colónia de povoamento. Na realidade, o governo português procurava evitar por todos os meios a formação de uma base económica independente na colónia, isto é, de uma burguesia branca suficientemente forte para conduzir Angola à independência, tal como tinha acontecido no Brasil. A este propósito Christine Messiant sublinhou: “Avec Salazar en effet, l’Etat portugais a enfin les moins libres pour mettre en place l’ensemble des moyens qui doivent assurer sa souveraineté sur le colonat et empêcher que ne

⁴⁴ PRO – FO 371/15030, (Consul-General Smallbones to Mr. A. Henderson, 29/07/1930).

⁴⁵ PRO – FO 371/15030, (Consul-General Smallbones to Mr. A. Henderson, 10/05/1930).

se renouvelle en Angola ce qui s'est passé au Brésil, la formation d'une bourgeoisie assez forte pour s'autonomiser"⁴⁶. Como tal, “a burguesia portuguesa consegue racionalizar o aparelho de Estado por meio da ditadura, pondo-o ao serviço de uma política destinada a domesticar as diferentes burguesias coloniais e mais particularmente a angolana”⁴⁷. Procurava-se, portanto, “agir no campo estrito do comércio de importação-exportação, que permitia criar em Portugal um núcleo industrial associado aos comerciantes que podia impor as mercadorias preferenciais aos colonos. As burguesias coloniais procuraram, em vão, defender os seus interesses”⁴⁸. As consequências desta estratégia foram muito negativas para a economia e população (branca, mestiça e negra) angolanas. Nos Planaltos, os agricultores brancos passaram anos difíceis e as cidades do litoral encheram-se de um número cada vez maior de brancos pobres desempregados e mendigos. Muitos colonos deixaram a colónia seguindo o exemplo dos boers da Huíla, os quais trocaram Angola pelo Sudoeste Africano em 1928. Mas os que permaneceram em Angola desenvolveram uma forte ligação com a terra, ligação essa que transmitiram às gerações mais jovens de brancos angolanos.

Entre 1930 e 1945 Angola conheceu um período de estagnação – e mesmo de regressão – económica, social e política forçada. Em 1943 a situação da colónia foi assim descrita por um dos membros britânicos do *Anglo-Portuguese Club of Luanda*: “The majority of people one talks to are completely fed-up with the system, especially the people of this Colony. Angola is simply used as a milch-cow by the Metropolitan Government which refuses permission to the Colony to start any industries which might compete with the Homeland (...)/ The economic system is quite Heath Robinson. Raw material is exported to Portugal and has to pay duty to leave the country. It as also to pay duty twice more before it lands in Angola again. 50% of all the customs duty collected in Angola goes back to Portugal. The consequences is that the cost of living here is terrific. The only things which are cheap are those which are produced in the country itself by semi-slave labour”⁴⁹. No entanto, a partir de 1945 a economia angolana começou gradualmente a crescer graças ao *boom* dos produtos coloniais, em especial o café. Por sua vez, alguns sectores do capital português e estrangeiro mostraram-se, pela primeira vez, interessados em investir nas colónias, pelo que, Salazar autorizou a instalação de algumas (poucas) indústrias em Angola e Moçambique. Mas o produto da exploração das riquezas agrícolas e minerais de Angola não permanecia na colónia e poucos benefícios trazia à população angolana. Uma parte substancial da produção de café, a produção de algodão, a indústria mineira – ferro, diamantes e mais tarde petróleo – e os principais

⁴⁶ Christine Messiant – *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémises du mouvement nationaliste*. Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1983, p. 164.

⁴⁷ Alfredo Margarido – “Prefácio” in Adelino Torres – *Ob. Cit.*, 1991, p. 14.

⁴⁸ Alfredo Margarido – “Prefácio” in Adelino Torres – *Ob. Cit.*, 1991, p. 13.

⁴⁹ PRO – FO: 371/39583 – *Angola reports on political and economic conditions*, 1944 (From “Donald – Anglo-Portuguese Club Luanda, to the Rev. B. F. Chambers, 11, Vicarage Gate, Kensington, London, 28/10/1943).

meios de comunicação (Caminho de Ferro de Benguela, companhias de navegação, etc.) eram controlados essencialmente pelo capital metropolitano e estrangeiro (americano, belga, britânico, francês e sul-africano). Os brancos angolanos – tal como os seus compatriotas mestiços e negros – encaravam o controlo externo dos recursos económicos angolanos como uma exploração injusta das suas riquezas e culpavam o governo português pela sua cumplicidade. Além disso, apesar de alguns progressos na economia angolana e do relaxamento progressivo da lei do condicionamento industrial, os colonos continuavam a ser obrigados a comprar quase tudo o que precisavam à metrópole, a preços muito elevados, e a vender os seus produtos a Lisboa, a preços muito baixos. Esta situação era uma fonte latente de tensão entre os colonos e o governo português. A burguesia angolana expressava continuamente o seu descontentamento em relação à política colonial portuguesa através das Associações Económicas, nomeadamente a Associação Comercial de Luanda, Associação Comercial de Benguela e a Associação Industrial de Angola. Por fim, a nova geração de colonos que se instalou em Angola após 1945 competia com os velhos colonos e brancos naturais de Angola pelas melhores terras, empregos e oportunidades económicas.

Neste contexto, o sentimento nacionalista começou a tomar uma forma cada vez mais consistente entre a população angolana, inclusive entre determinados sectores da minoria branca. É sempre difícil definir o fenómeno nacionalista em África, mormente em Angola. Douglas Wheeler providenciou a melhor definição que conhecemos: “In the context of local conditions in Angola, nationalism can be defined as a modern expression (using European techniques) of a collective grievance against foreigners (...). In Angola, therefore, nationalism begins to develop when Angolans express their protests and resistance by using European techniques and by believing that *Angolans* or *Sons of the country* have collective problems, grievances, and a *nationality* which transcend local identities”⁵⁰. No seio da população mestiça e negra o sentimento nacionalista difundiu-se entre três grupos principais: a) os descendentes da antiga elite mestiça e negra europeizada de Luanda, Benguela e respectivos *hinterlands*⁵¹; b) o grupo de negros assimilados de religião protestante proveniente da Angola Central; c) os emigrantes negros no antigo Congo Belga, a maioria oriunda do Noroeste de Angola, de língua kikongo e de religião protestante. Estes grupos estiveram na origem dos movimentos armados de libertação nacional – MPLA, UNITA e UPA/FNLA – que conduziram a guerra de libertação nacional contra a potência colonial portuguesa (1961-1974)⁵².

⁵⁰ Douglas Wheeler – “Origins of African Nationalism in Angola: *Assimilado* protest writings, 1859-1929”, in *Protest and resistance in Angola and Brazil. Comparative studies* (Dir. Ronald H. Chilcote), pp. 68-69.

⁵¹ Os mestiços de primeira geração, filhos de colonos brancos, integravam-se socialmente com os brancos naturais de Angola. Entrevista a Adolfo Maria, branco natural de Angola, membro do MNLA-PCA, da FUA e do MPLA (Lisboa, Janeiro de 2004).

⁵² John Marcum – *The Angolan Revolution* (2 volumes). Massachusetts: Mitt Press, 1969-1978.

A população branca angolana não ficou alheia ao borbulhar nacionalista das décadas de 1940, 1950 e 1960. Tal como já referimos os colonos angolanos tinham anteriormente desenvolvido uma espécie de nacionalismo económico, fenómeno característico das colónias de povoamento europeu. A repressão colonial salazarista contribuiu para o fortalecimento da identificação de grande parte dos velhos colonos e brancos naturais da colónia com Angola, isto é, conduziu a uma angolanização de parte da população branca. Essa identificação com Angola era tão forte que impressionou o próprio Cônsul Geral britânico em Luanda J. C. Wardrop: “It is not generally realised how deep are the roots of the European population in Angolan soil. Many were born here, many have come in the present generation with the intention of staying for good. You find them not only in the larger towns and plantations but dotted all over the map in innumerable tiny and remote villages. The majority are humble folk who could not afford to visit Portugal even if they wanted to. They belong here; they know no other home; to them *Angola é nossa* (“Angola is ours”)! They have no parallel in any British colony that I know of. In our former West African possessions the British were administrators, soldiers or business men, the great majority of whom were based on, and retired to Britain. In Kenya and Rhodesia we have, it is true, settlers of longer standing. But in the main they are relatively well-to-do and still have their links with the home country. Only Algeria and South Africa are comparable in this respect with the Portuguese African Provinces”⁵³.

A partir de 1940 o ressentimento dos velhos colonos em relação à dominação colonial portuguesa alastrou às novas gerações de brancos naturais de Angola, de modo a interessar as próprias autoridades britânicas: “Since the possibility of a white independence movement remains a trifle less remote than any communist threat in Angola, you may care to have the following list of local grievances which are mulled over in private by the younger generation here (...). First they resent what they call the economic exploitation of Angola by Lisbon and the close control of all business here by the Metropolis. They further regard the official negative attitude to proposals for a university in Angola as indicating a deliberate policy of suppression; and they associate with this the custom of importing all seniors officials from other Provinces or from Portugal, and of posting elsewhere any Angolan-bred person who manages to acquire higher education in Lisbon. A further grievance is that the church is too influential in Angola, particularly in the field of education and in its hold of senior officials”⁵⁴. Deste modo, Grant Purnes, Cônsul Geral Britânico em Luanda concluía: “Since there is truth in most of these grievances, I should expect them sooner or later to

⁵³ PRO – FO: 371/161626 – *Internal political situation: Angola*, 1962 (J. C. Wardrop, British Consul General, Luanda, to British Embassy, Lisbon, 16/04/1962, p. 3).

⁵⁴ PRO – FO: 371/125894 – *Internal political situation: Angola*, 1957 (Grant Purnes, British Consul General, Luanda, to British Embassy, Lisbon, 23/04/1957).

become the platform of a real movement for, at least, greater independence. Meanwhile they are discussed only in private and there is no sign either of an organisation or of a leader to harness these potentially powerful ideas to any scheme of action. Their existence indicates a weakness of which the communists could however take advantage; although at this stage the sentiments expressed by local youth remain naively nationalistic”⁵⁵.

Neste contexto, após 1945 verificou-se a emergência de um fenómeno nacionalista entre certos sectores da população branca angolana, segundo três linhas principais: a) progressista, defendia a independência sob o governo da maioria negra, isto é, respeitando o princípio “uma cabeça, um voto” e reflectindo as transformações políticas no resto do continente africano; b) liberal, propunha uma independência sob a hegemonia branca mas com a integração política das elites mestiça e negra europeizada e a abolição das estruturas de exploração colonial que recaíam sobre a maioria negra, tendo como modelo o Brasil; c) conservadora, visava uma independência selectiva sob o domínio exclusivo da minoria branca e a manutenção das estruturas de colonização e de exploração interna da população negra, à semelhança dos regimes de supremacia branca da África do Sul e da Rodésia do Sul. Refira-se que, por vezes, as fronteiras entre os últimos dois grupos não eram bem definidos, enquanto os brancos progressistas tendiam a avizinhar-se dos nacionalistas mestiços e negros de filiação marxista.

O nacionalismo branco progressista ultrapassou claramente as barreiras do nacionalismo económico, uma vez que o seu protesto político assentava sobre bases fundamentalmente ideológicas. A primeira expressão desse protesto foi a formação de um pequeno movimento político - a Organização Socialista de Angola (OSA) – no Huambo, em 1940. Os seus membros eram maioritariamente estudantes do liceu, brancos e mestiços filhos de colonos, oriundos do Centro-Sul, tais como Alexandre Dáskalos, Aires de Almeida Santos ou Sócrates Dáskalos. A OSA manteve, porém, algumas relações com a burguesia local e mesmo com algumas figuras da hierarquia católica, em especial com o Monsenhor Alves da Cunha. A OSA exigiu o fim da discriminação contra os brancos e mestiços naturais da colónia, o fim da exportação de trabalhadores negros para S. Tomé e do trabalho forçado em geral e a independência de Angola. Mas o movimento foi esmagado pela repressão colonial com a prisão da maior parte dos seus líderes em 1941. Contudo, o fim brutal da OSA serviu de mote sentimental a todo o protesto nacionalista branco do Centro-Sul de Angola⁵⁶.

⁵⁵ PRO – FO: 371/125894 – *Internal political situation: Angola, 1957* (Grant Purnes, British Consul General, Luanda, to British Embassy, Lisbon, 23/04/1957).

⁵⁶ Sobre a Organização Socialista de Angola *vide*: Sócrates Dáskalos – *Um testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000; Américo de Carvalho – *Angola. Anos de esperança*. Coimbra: Minerva, 2001.

Em 1943 alguns estudantes universitários angolanos na metrópole, entre os quais antigos membros da OSA, fundaram uma associação estudantil em Lisboa, a Casa dos Estudantes de Angola. Entre os fundadores destacaram-se futuros líderes nacionalistas brancos, nomeadamente Alexandre Dáskalos, Sócrates Dáskalos e Fernando Falcão. Em 1944, por vontade do então Ministro das Colónias Marcelo Caetano, essa associação confluiu com outras associações de estudantes coloniais na Casa dos Estudantes do Império (CEI), estendendo as suas actividades a Coimbra e ao Porto por intermédio de delegações. A CEI desempenhou um papel crucial na formação de uma consciência cultural nacional entre os estudantes coloniais provenientes de quase todas as colónias portuguesas, nomeadamente de Angola, Cabo Verde e Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A CEI também teve um papel importante na formação ideológica anti-colonial de muitos dos seus membros, na medida em que se mostrou sempre politicamente próxima da Oposição Democrática portuguesa, do Movimento de Unidade Democrática Juvenil e do próprio Partido Comunista Português. Ulteriormente, muitos dos seus membros vieram a militar nos movimentos nacionalistas africanos, nomeadamente Agostinho Neto (MPLA), Amílcar Cabral (PAIGC) e Marcelino dos Santos (FRELIMO)⁵⁷.

Entretanto, em Luanda uma geração mais jovem de angolanos brancos, mestiços e negros europeizados caminhava no sentido de produzir uma espécie de miscigenação cultural, sobretudo após a formação do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola em 1948. Esta geração expressava o seu protesto político através de determinadas organizações culturais, em especial a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) e a Sociedade Cultural de Angola (SCA). Na verdade, ensaiava-se a criação de uma cultura nacional angolana através da literatura, sobretudo mediante as revistas *Mensagem* e *Cultura*. Neste sentido, esses jovens intelectuais angolanos construíram a ideia de angolanidade, isto é, a ideia que Angola possuía uma identidade cultural específica, distinta e independente da portuguesa (portugalidade) e capaz de transcender as divisões e preconceitos raciais, étnicos e religiosos internos. A partir de 1955 os nacionalistas brancos progressistas engajaram-se activamente na política anti-colonial juntamente com alguns mestiços e negros europeizados de Luanda e em contacto com elementos do PCP em Angola. Neste sentido, fundaram vários grupos políticos nacionalistas de inspiração marxista, dos quais o mais importante foi o Movimento de Libertação Nacional de Angola – Partido Comunista Angolano (MLNA-PCA). Mas em 1959 uma vasta operação da polícia política portuguesa (PIDE) esmagou a maior parte dos grupos nacionalistas de Luanda, prendendo os líderes do MLNA-PCA⁵⁸. Em 1961 uma nova onda

⁵⁷ Sobre a Casa dos Estudantes do Império *vide*: CEI – *Mensagem. Boletim da Casa dos Estudantes do Império, 1947-1964* (reproduzido por ACEI). Lousã: ALAC, 1994; ACEI – *Mensagem. Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*. Lisboa: ACEI, 1997.

⁵⁸ AN/TT – Arquivo PIDE/DGS – Processo 3474/59, NP 2968, Movimento de Libertação Nacional de Angola, MLNA.

de prisões afectou os nacionalistas brancos progressistas que tinham sobrevivido à repressão de 1959, nomeadamente os escritores António Jacinto, António Cardoso e Luandino Vieira. Os restantes brancos progressistas ou foram obrigados ao silêncio, até à queda da ditadura portuguesa em 1974, ou partiram para o exílio, onde alguns se juntaram ao MPLA⁵⁹.

A linha nacionalista liberal descendia directamente do protesto autonomista das primeiras décadas do século XX. Após a proibição da maçonaria em 1935, os autonomistas brancos transformaram as suas organizações cívicas de cariz maçónico em clubes rotários, o que lhes permitiu uma certa liberdade de reunião. Por outro lado, os brancos liberais procuraram encontrar aliados entre os representantes locais da Oposição Democrática portuguesa, a qual foi tolerada por Salazar após a vitória dos aliados na 2.ª Guerra Mundial. Através de um conjunto de pressões políticas e económicas sobre o governo de Lisboa, os liberais conseguiram a restauração do Conselho Legislativo de Angola em 1955, graças ao qual os colonos voltaram a ter uma voz no processo de decisão política colonial. Contudo, o poder continuou solidamente nas mãos do governo de Lisboa. Neste sentido, os nacionalistas liberais apoiaram maciçamente os candidatos da oposição – Arlindo Vicente e General Humberto Delgado - às eleições presidenciais de 1958. De facto, apesar do candidato do regime – Almirante Américo Tomáz – ter ganho oficialmente as eleições, a Oposição Democrática acusou o governo de fraude eleitoral. Mas mesmo assim, Humberto Delgado obteve um resultado muito significativo em Angola, nomeadamente no distrito de Benguela onde ganhou as eleições com o dobro dos votos de Américo Tomáz. A derrota em Benguela foi considerada por Lisboa como um simples sinal de descontentamento dos colonos em relação à política colonial do governo, mas na verdade era bem mais do que isso.

Com efeito, em 1957 o Cônsul Geral Britânico em Luanda informou o *Foreign Office* da eventualidade dos brancos naturais de Angola e dalguns mestiços tentarem criar algo de semelhante a um novo Brasil: “Less remote, perhaps, than the prospect of native pressure for freedom is the possibility of a movement by Angolan-born white Portuguese for independence, or relative independence, from Portugal (...). Should a clear lead ever be given by any person or organization, some sympathy could be expected on economic grounds for a demand for greater freedom; and I have heard it suggested, in a purely speculative way, that Angola’s large mulatto population might

⁵⁹ Entrevista a Adolfo Maria. A propósito da colaboração entre brancos e mestiços filhos de colonos vide: Christine Messiant – *Vilas et citades. Bourgs e villes de l’Afrique lusophone* (Dir. Michel Cahen and Christine Messiant). Paris: Laboratoire Tiers Monde, 1989, p. 162: “Elevés avec et comme les Blancs, ces métis s’identifient en majorité comme Blancs et aux Blancs. (...) comme certains Blancs natifs encore, ils ne se sentent pas portugais mais angolais, créoles. C’est cette sensibilité angolaise (et non africaine) qu’exprime surtout une des deux grandes associations d’*assimilados*, l’ANANGOLA, où se regroupent à Luanda après la guerre, comme le disent les *assimilados* interrogés, «les Blancs et les métis de la Baixa». Mas les Blancs dont il s’agit sont bien seulement des Angolais (les Portugais ont leur propre association culturelle) et la différence entre Portugais et Angolais blanc est nette – et cela vaut aussi en ce qui concerne le mouvement nationaliste, dans lequel la position des Angolais blancs et celle des Portugais d’Angola n’est pas la même”.

welcome an opportunity of emerging from the curious limbo they inhabit into the larger world of a new Brazil”⁶⁰. Esta ideia continuou a seduzir uma parte substancial da população branca mesmo depois do início da guerra de libertação nacional, tal como podemos verificar das informações enviadas à Embaixada Britânica em Lisboa pelo Cônsul Geral Britânico em Luanda em 1964: “There certainly exist here, though in what strength I do not know, some who secretly favour the Brazilian solution. What deters them from at present pressing their cause is probably not so much fear of the Political Security Police as the lingering shock of 1961 and the feeling that the presence here of metropolitan troops is essential to prevent a recurrence”⁶¹. De facto, o Cônsul Geral Britânico sugeriu que “the future of Angola is most likely to be determined by the European inhabitants acquiring a greater autonomy and finally gaining independence, no doubt with as many of the Africans as they can convince and trust to share power with them, with the help of foreign capital and almost in defiance of the metropolitan Government”⁶².

Em 1961 alguns nacionalistas liberais – conjuntamente com certos sectores brancos progressistas - fundaram o mais importante partido da história do nacionalismo branco angolano, a Frente de Unidade Angolana (FUA). A FUA foi fundada em Benguela e estendeu as suas actividades aos distritos do Centro-Sul, praticamente no mesmo momento em que se iniciou a guerra de libertação nacional no Norte. Os seus principais dirigentes foram Fernando Falcão, engenheiro e administrador de empresas, vereador da Câmara Municipal do Lobito, sócio fundador da Casa dos Estudantes de Angola e Presidente da Comissão de Candidatura de Arlindo Vicente no Lobito em 1958, e Sócrates Dáskalos, professor do liceu de Benguela, fundador da Organização Socialista de Angola e da Casa dos Estudantes de Angola. Em Abril de 1961 a FUA lançou o seu manifesto à população de Angola, no qual exigiu publicamente a resolução pacífica da guerra colonial e a concessão imediata de um estatuto de autonomia que preparasse Angola para a independência. Essa independência deveria assegurar o reconhecimento da participação política da população negra, mas também garantir a posição económica, social e política das minorias branca e mestiça no futuro Estado Angolano. Aparentemente, a FUA tinha a “simpatia” das autoridades brasileiras ao ponto de terem sido efectuados alguns contactos entre uma delegação da FUA e o Secretário do Embaixador do Brasil em Lisboa⁶³.

A FUA foi capaz de criar uma ampla plataforma de apoios entre os brancos liberais, progressistas e até conservadores do Centro-Sul, bem como entre alguns mestiços e negros

⁶⁰ PRO – FO: 371/125894 – *Internal political situation: Angola, 1957* (Grant Purnes, British Consul General, Luanda, to Foreign Office, London, 16/08/1957).

⁶¹ PRO – FO: 371/176932 – *Summaries of developments in Mozambique and Angola, 1964* (Mr. Stewart, British Consul General, Luanda, to British Embassy, Lisbon, 14/04/1964).

⁶² PRO – FO: 371/176932 – *Summaries of developments in Mozambique and Angola, 1964* (A. D. M. Ross, British Embassy, Lisbon, to Foreign Office, 21/05/1964).

⁶³ AN/TT – Arquivo PIDE/DGS – Processo 515 SR/61, NP 3059 – Frente de Unidade Angolana, FUA.

européizados, mas não conseguiu mobilizar os brancos liberais e conservadores do Norte de Angola, nomeadamente os de Luanda. Estes preferiram negociar um entendimento com o regime colonial português na esperança que a política reformista do novo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, lhes garantisse uma hegemonia económica e política interna. De facto, os liberais e conservadores de Luanda tinham medo de perder privilégios e não aceitavam ser dirigidos por um governo de maioria negra. Neste contexto, perante esta fractura tão vincada no seio das elites brancas angolanas, o regime colonial lançou uma operação repressiva de vasta escala que culminou na prisão e deportação para Portugal dos principais dirigentes da FUA em Junho de 1961⁶⁴.

Em 1962 alguns elementos progressistas da FUA conseguiram fugir para França, onde formaram um Comité Director da FUA, constituído por Sócrates Dáskalos (Secretário Geral), Adolfo Maria, Carlos Morais, João Mendes e Ernesto Lara Filho. Em Janeiro de 1963 a FUA estabeleceu-se em Argel, após ter recebido a adesão de novos elementos, entre os quais Adelino Torres, Artur Pestana (Pepetela) e Maria do Céu Carmo Reis. A FUA procurou restabelecer-se no interior de Angola e através de alguns contactos no Brasil conseguiu criar alguns grupos clandestinos nas regiões centrais e meridionais da colónia. Mas em Maio de 1963 a PIDE prendeu a maior parte dos membros da FUA em Benguela, no Lobito e no Huambo e esmagou internamente o movimento. No exterior, para além de fomentar actividades jornalísticas, culturais e políticas a favor da independência de Angola, a FUA encetou contactos com os movimentos armados de libertação de Angola, em especial o MPLA e a UPA/FNLA. O seu objectivo era o de formar uma vasta frente de libertação nacional com todos os partidos e movimentos nacionalistas angolanos. Mas essa proposta foi rejeitada pelos movimentos armados de libertação e alguns sectores nacionalistas negros mostraram-se contrários à própria existência da FUA. Neste contexto, perante o fracasso no interior de Angola e face à hostilidade encontrada no exterior, o Comité Director da FUA no exílio decidiu dissolver-se em Agosto de 1963. Com a sua dissolução desapareceram todas as esperanças de formar um amplo movimento nacionalista multirracial com a participação dos sectores progressistas e liberais da minoria branca angolana⁶⁵.

A linha nacionalista branca conservadora foi a continuação do protesto económico do início do século XX. O nacionalismo conservador era apoiado pelos sectores da minoria branca que mais dependiam da manutenção de um regime de exploração da mão de obra semi-escrava negra, tais como os barões do café do Noroeste de Angola. Os seus objectivos e motivações não diferiam muito dos representados pelo *United Rhodesian Front* de Ian Smith, na Rodésia do Sul, ou da *Organization Armée Secrète*, na Argélia, se bem que nunca tenha alcançado a força e poder destas organizações. Após 1961 os brancos conservadores exigiram a independência de Angola – uma

⁶⁴ IDEM.

⁶⁵ IDEM; Sócrates Dáskalos – *Ob. Cit.*, 2000; Entrevista a Adolfo Maria.

espécie de independência que implicava a preservação interna da supremacia branca - , mas apenas no caso das forças militares metropolitanas não conseguirem eliminar a ameaça representada pelos movimentos armados de libertação. A este propósito A. D. M. Ross, Embaixador Britânico em Lisboa que visitou Angola e Moçambique em 1962, escreveu: “In both Angola and Mozambique, however, the settlers are passionately attached both to the land they live and to the Mother Country. There is much talk of independence and breaking away, but this is only likely to happen if the white Portuguese come to the conclusion that the Government in Lisbon could neither eliminate nor come to terms with the pan-African threat”⁶⁶. De facto, muitos colonos conservadores limitavam as suas exigências à obtenção de um estatuto de autonomia interna, uma maior descentralização política e administrativa e sobretudo a não interferência da metrópole nos assuntos económicos de Angola. O próprio Embaixador Britânico sublinhou: “the Europeans want to eat their cake and have it: they ask for less interference by Lisbon and less draining of the territory’s wealth to the metropolis through the operation of the Escudo Monetary System, but they expect the cost of the army and the air force, whose presence must be indispensable to them over the next few years, to be covered by the metropolitan budget (...). I do not therefore consider a unilateral attempt at independence under European supremacy likely or even possible in the foreseeable future”⁶⁷.

No entanto, a continuação da guerra colonial e o exemplo providenciado pela Declaração Unilateral da Independência pela Rodésia do Sul tiveram um forte impacto sobre os brancos angolanos. Em 1965 o Cônsul Britânico em Luanda verificou que: “Mr. Smith’s action [Southern Rhodesia Unilateral Declaration of Independence] has certainly caused great concern here. I should say that most Europeans in Angola sympathise with him and his associates (...). I suspect that it also reflects the feeling that the Europeans here are in a similar position; and that it is essential for their survival in Africa that the Smith regime should not be allowed to founder and the Europeans in Rhodesia be submerged under the flood of African majority rule”⁶⁸. Neste sentido, nos finais da década de 1960 a Rodésia do Sul tinha substituído o Brasil como modelo político para muitos brancos angolanos. Aliás, os simpatizantes angolanos do regime de Ian Smith recebiam o sugestivo nome de “rodesianos”. No início da década de 1970, a persistência da luta armada de libertação, o fortalecimento económico da burguesia angolana e a erosão progressiva da autoridade do governo de Marcelo Caetano propiciaram as condições para uma tomada do poder pelos brancos conservadores angolanos. Segundo as declarações do General Silvino Silvério Marques – ex.

⁶⁶ PRO – FO: 371/161641 – *Visits to Angola and Mozambique by HM Ambassador*, 1962 (A. D. M. Ross, British Embassy, Lisbon, to Foreign Office, 23/11/1962).

⁶⁷ PRO – FO: 371/176932 – *Summaries of developments in Mozambique and Angola*, 1964 (A. D. M. Ross, British Embassy, Lisbon, to Foreign Office, 21/05/1964).

⁶⁸ PRO – FO: 371/182035 – *Political relations: Portugal and Portuguese Africa*, 1965 (British Consul General, Luanda, to British Embassy, Lisbon, 25/11/1965).

Governador Geral de Angola – esboçou-se mesmo uma conspiração que envolvia figuras importantes da burguesia angolana, alguns oficiais do exército português e o próprio Governador Geral Santos e Castro (branco natural de Angola)⁶⁹. O plano consistiria na secessão de Angola pela mão do mesmo Governador Geral, após abertura de uma crise política com o governo de Lisboa, em meados de 1974. Mas o plano abortou devido ao golpe militar de 25 de Abril de 1974 em Portugal, que apanhou os conservadores angolanos completamente de surpresa. Impreparados para lidar com a nova situação política em Portugal, a linha nacionalista conservadora fragmentou-se em diversos partidos e movimentos, dos quais os mais importantes foram o Partido Cristão Democrático de Angola e a Frente de Resistência Angolana. Em 24 de Outubro de 1974 ocorreu uma última tentativa para tomar o poder em Luanda, mas a conspiração foi descoberta e neutralizada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Deste modo, os brancos conservadores não tiveram outras alternativas que não tentar negociar uma solução do tipo neocolonial com a FNLA ou a UNITA – o que não se mostrou exequível – ou partir para o exílio na África do Sul.

Entretanto, os brancos liberais e progressistas procuraram organizar-se em grupos, movimentos e partidos políticos. Os liberais por intermédio da nova FUA, ressuscitada por Fernando Falcão em Maio de 1974, exigiram a participação política da população branca no processo de independência da colónia, mas o Governo Português e os movimentos armados de libertação rejeitaram essa exigência. Os progressistas, agrupados sobretudo nos Movimentos Democráticos, colaboraram na implantação do MPLA nos principais centros urbanos. Por sua vez, o Governo Português decidiu negociar a independência de Angola directamente com os três movimentos armados de libertação, MPLA, FNLA e UNITA. Os brancos angolanos foram então obrigados a apoiar um dos três movimentos ou a abandonar o país. Neste sentido, a maioria dos progressistas e uma parte dos liberais apoiaram o mais radical e pró-soviético MPLA, de Agostinho Neto, enquanto a outra parte dos liberais e a maioria dos conservadores suportaram os aparentemente mais moderados e pró-ocidentais FNLA, de Holden Roberto, e UNITA, de Jonas Savimbi.

No momento em que foram firmados os Acordos de Alvor (Janeiro de 1975), poucos brancos angolanos pensavam abandonar o país. Aparentemente a população branca tinha aceitado serenamente a independência e mostrava-se confiante no futuro de Angola. Mas em meados de 1975 a guerra civil rebentou entre os três movimentos e lutas violentas afectaram os principais centros urbanos e zonas habitadas pela minoria branca. A intervenção militar de forças estrangeiras – zairenses, sul africanos, cubanos e mercenários de várias nacionalidades – agravou a já difícil situação política do país que, oficialmente, continuava sob a soberania portuguesa. Perante o

⁶⁹ Entrevista ao General Silvino Silvério Marques (Lisboa, Janeiro de 2004).

avolumar de uma guerra sem solução à vista, a maior parte da população branca – tomada do pânico - procurou deixar rapidamente o território angolano. A tragédia do êxodo dos brancos angolanos – que recorda a fuga traumática dos *pieds-noirs* argelinos em 1962 – afectou cerca de 300.000 pessoas, as quais se estabeleceram sobretudo em Portugal, mas também no Brasil, África do Sul, Rodésia do Sul, etc. Estima-se que pouco mais de 30.000 (10%) brancos permaneceram em Angola após a independência, em 11 de Novembro de 1975. Mas os que permaneceram ficaram politicamente dependentes do MPLA, o qual assegurou a protecção das suas vidas e bens pessoais. As aspirações políticas dos brancos angolanos tinham-se desvanecido: a drástica erosão demográfica da minoria branca significou necessariamente o desaparecimento do fenómeno nacionalista branco angolano, o qual foi remetido ao silêncio do passado colonial de Angola.

A análise do comportamento político dos brancos angolanos demonstra, por um lado, a existência de uma forma de nacionalismo económico – fenómeno comum a outras colónias de povoamento europeu - e, por outro, a formação de uma identidade nacional angolana que adicionou um carácter mais político ou ideológico a esse nacionalismo. Provavelmente, não podemos falar da existência de uma ideologia nacional dos brancos angolanos, mas apenas de uma consistente identificação económica, cultural e política com Angola. Mas tal como sublinhou Alfredo Margarido: “Em 1975 nenhum dos movimentos armados de libertação de Angola possuía uma ideologia nacional própria. Eles queriam ser independentes e livres do colonialismo português, mas não sabiam o que fazer depois da independência e esse foi um dos maiores problemas de Angola”⁷⁰. A ausência de uma ideologia nacional foi, pelo menos em parte, uma das consequências do autoritarismo da ditadura colonial portuguesa do Estado Novo. Possivelmente, o nacionalismo angolano teria evoluído de forma diferente se um regime democrático estivesse no poder em Lisboa. No entanto, a participação dos intelectuais brancos na construção de uma cultura nacional e na elaboração da ideia de angolanidade constituíram elementos essenciais na evolução do nacionalismo angolano no seu todo. Os brancos progressistas e alguns liberais levaram o protesto nacionalista até às suas últimas consequências, assumindo integralmente a sua angolanidade e sofrendo por isso a repressão do regime colonial português. A sua luta ia no sentido da emancipação completa da população angolana, aproximando-se assim dos objectivos dos movimentos armados de libertação de Angola. O fim das estruturas de exploração colonial e a independência de Angola eram metas comuns a todos os progressistas angolanos, facto que permitiu a entrada - ainda que tardia - de alguns brancos no MPLA. Em todo o caso, a análise evidencia que os brancos angolanos não foram simples instrumentos ou agentes da exploração colonial portuguesa, mas, pelo contrário, souberam transcender os limites do colonialismo e chegaram mesmo a lutar pela sua eliminação.

⁷⁰ Entrevista a Alfredo Margarido.

Estas conclusões desafiam-nos a adoptar uma perspectiva menos simplista e maniqueísta em relação ao lugar ocupado pelos colonos brancos em África, às suas ligações com os regimes coloniais e aos seus papéis nos movimentos nacionalistas. Por fim, e talvez mais importante, desafia-nos a estudar a identidade desses colonos enquanto africanos brancos e não como meros expatriados europeus.